

## ANEXO II — CONDIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º: Definições e interpretação.....	1
Artigo 2.º: Obrigações gerais Execução da Ação.....	2
Artigo 3.º: Subdelegação .....	3
Artigo 4.º: Obrigações em matéria de informações e de relatórios.....	4
Artigo 5.º: Responsabilidade perante terceiros.....	6
Artigo 6.º: Conflito de interesses .....	6
Artigo 7.º: Confidencialidade .....	7
Artigo 8.º: Proteção de dados .....	7
Artigo 9.º: Comunicação e visibilidade .....	7
Artigo 10.º: Publicação <i>ex post</i> dos nomes dos contratantes e dos beneficiários de subvenções .....	8
Artigo 11.º: Propriedade, direito de utilização e transferência dos resultados e do equipamento .....	8
Artigo 12.º: Avaliação e acompanhamento da Ação .....	9
Artigo 13.º: Alterações do Acordo .....	9
Artigo 14.º: Adjudicação de contratos e base de dados central sobre as exclusões .....	10
Artigo 15.º: Suspensão.....	11
Artigo 16.º: Denúncia e data de conclusão do Acordo .....	12
Artigo 17.º: Lei aplicável e resolução de litígios .....	13
Artigo 18.º: Custos elegíveis .....	13
Artigo 19.º: Pagamentos .....	15
Artigo 20.º: Montante final.....	16
Artigo 21.º: Recuperação .....	16
Artigo 22.º: Contabilidade e controlo técnico e financeiro .....	16

### Artigo 1.º: Definições e interpretação

Ação:	O programa ou projeto de cooperação parcial ou totalmente financiado pela UE, que pode ser realizado pela própria Organização e/ou pelos subdelegatários, tal como descritos no anexo I.
Tarefas de execução orçamental:	Tarefas que consistem na realização de procedimentos de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções, e na adjudicação, assinatura e execução dos contratos públicos e de subvenção resultantes, nomeadamente na aceitação de prestações, na realização dos pagamentos e na recuperação dos fundos indevidamente pagos, no caso de as obras, serviços, fornecimentos e outros benefícios não se destinarem a ser usados pela própria Organização.
Base de dados central sobre as exclusões	Base de dados de todas as pessoas singulares e coletivas excluídas do financiamento da UE, estabelecida pelo Regulamento (CE, Euratom) n.º 1302/2008 da Comissão, de 17 de dezembro de 2008, relativo à base de dados central sobre as exclusões (JO L 344 de 20.12.2008, p. 12).
Contratante:	A pessoa singular ou coletiva com a qual foi assinado um contrato.
Economia:	O princípio da economia exige que os meios utilizados para executar a Ação sejam disponibilizados em tempo útil, nas quantidades e qualidades adequadas e ao melhor preço.
Eficácia:	O princípio da eficácia diz respeito à consecução dos objetivos específicos fixados e à

obtenção dos resultados esperados.

Eficiência:	O princípio da eficiência diz respeito à melhor relação entre os meios utilizados e os resultados obtidos.
Beneficiário da subvenção:	A pessoa singular ou coletiva à qual foi concedida uma subvenção. Os beneficiários de subvenções podem conceder subsubvenções e adjudicar contratos para a execução das suas atividades.
Beneficiário final:	A pessoa singular ou coletiva que, em última instância, beneficia com a Ação.
Força maior:	Qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente da vontade das Partes e não imputável a falta ou negligência de uma delas (nem de nenhum dos seus subdelegatários, contratantes, agentes ou pessoal), que impeça o cumprimento por uma delas das obrigações que lhe incumbem por força do Acordo, e que não pôde ser evitado apesar das diligências empreendidas. A Parte faltosa não pode invocar como casos de força maior os defeitos de equipamento ou de material ou atrasos na respetiva disponibilização, conflitos laborais, greves ou problemas financeiros.
Controlo interno:	Um processo aplicável a todos os níveis da cadeia de gestão, concebido para oferecer uma garantia razoável quanto à realização dos seguintes objetivos: (a) Eficácia, eficiência e economia das operações; (b) Fiabilidade da comunicação de informações; (c) Preservação dos ativos e das informações; (d) Prevenção, deteção, correção e seguimento das fraudes e irregularidades; (e) Gestão adequada dos riscos relativos à legalidade e regularidade das operações financeiras, tendo em conta o caráter plurianual dos programas e a natureza dos pagamentos em causa.
Subdelegação:	A atribuição de tarefas de execução orçamental a outro organismo pela Organização.
Erro ou irregularidade substancial:	Violação de uma disposição de um acordo resultante de um ato ou de uma omissão que acarrete ou possa acarretar uma perda para a contribuição da UE.
Boa gestão financeira:	Princípios subjacentes à execução do presente Acordo, nomeadamente os princípios de economia, eficácia e eficiência.

## **Artigo 2.º: Obrigações gerais**

### **Execução da Ação**

- 2.1 A Organização é responsável pela realização das atividades relacionadas com a execução da Ação descrita no anexo I do Acordo, no qual serão especificados os indicadores a utilizar para medir as realizações. As Partes procurarão reforçar os contactos entre si com vista a melhorar o intercâmbio de informações ao longo da execução da Ação. Para tal, a Organização e a Comissão participarão nas reuniões de coordenação e noutras atividades comuns organizadas conjuntamente, e a Organização convidará a Comissão Europeia a participar em qualquer comité de doadores que possa ser constituído no âmbito das ações com vários doadores.
- 2.2 Ao realizar as atividades que lhe são confiadas ao abrigo do Acordo, a Organização não pode alterar as principais características da Ação, tal como descrita no anexo I, nomeadamente os seus objetivos, estratégias e domínios prioritários, nem qualquer outro elemento essencial especificado nas Condições Especiais do presente Acordo.
- 2.3 A Organização deve realizar as atividades que lhe são confiadas ao abrigo do Acordo em conformidade com os princípios da boa gestão financeira, da transparência e da não discriminação.
- 2.4 A Organização compromete-se a envidar todos os esforços ao seu alcance para mobilizar todos os recursos financeiros, humanos e materiais necessários para a plena realização da Ação, como indicado no anexo I.
- 2.5 Na realização das atividades, a Organização deve aplicar o seu próprio sistema contabilístico, que deve proporcionar informações atempadas, rigorosas, completas e fiáveis; deve assegurar o funcionamento de um sistema de controlo interno eficaz e eficiente e ser sujeita a uma auditoria independente realizada em conformidade com as normas de auditoria internacionalmente aceites por um serviço de auditoria

funcionalmente independente.

- 2.6. No caso de, em conformidade com o disposto no artigo 1.º, ponto 1.3.b, das Condições Especiais, a Organização aplicar as suas próprias regras para os procedimentos de concessão de subvenções e/ou de adjudicação de contratos, deve assegurar que os procedimentos sejam transparentes, não discriminatórios, eficientes e eficazes.

### **Responsabilidade**

#### **2.7. Responsabilidade da Organização**

- a) A Organização será plenamente responsável perante a Comissão pela realização da Ação e por assegurar o cumprimento das disposições do Acordo, independentemente de as atividades serem realizadas pela própria Organização ou por um subdelegatário, um contratante ou um beneficiário de uma subvenção.
- b) A Organização, em conformidade com as suas regras e regulamentações, deve tomar todas as medidas necessárias para resolver os problemas encontrados, proporcionalmente à sua gravidade, incluindo a suspensão dos acordos com os subdelegatários e a suspensão dos pagamentos. Se a situação o exigir, a Organização deve denunciar os acordos com os subdelegatários e/ou os contratos com os contratantes e beneficiários de subvenções.
- c) A Organização tomará as medidas necessárias para prevenir, detetar e corrigir as irregularidades e as fraudes no âmbito da realização das atividades. Para o efeito, a Organização deve realizar, em conformidade com o princípio da proporcionalidade, controlos *ex ante* e *ex post*, incluindo, se for caso disso, verificações no local de amostras representativas e/ou baseadas no risco das transações, a fim de assegurar que as ações financiadas pela UE sejam efetivamente realizadas e corretamente executadas.
- d) A Organização terá plena responsabilidade financeira perante a Comissão por todos os fundos indevidamente pagos aos subdelegatários, contratantes e beneficiários de subvenções. A Organização tomará todas as medidas necessárias para recuperar os fundos pagos indevidamente ou utilizados incorretamente, incluindo através da interposição de uma ação judicial contra os subdelegatários, os contratantes e os beneficiários de subvenções. A Comissão terá o direito de recuperar os fundos:
  - i) junto da Organização, em conformidade com as disposições em matéria de recuperação previstas no artigo 21.º;
  - ii) junto dos subdelegatários, no caso de a Organização não ter conseguido fazê-lo e de ter incluído nos acordos com os subdelegatários uma cláusula que preveja o direito de a Comissão proceder diretamente à recuperação, por qualquer meio, se o subdelegatário em causa não reembolsar a Organização.

### **Outras obrigações**

- 2.8 A Organização deve assegurar que as obrigações estabelecidas no artigo 8.º do presente Acordo (Proteção de dados) sejam aplicáveis a todos os contratantes e que os artigos 6.º (Conflito de interesses), 7.º (Confidencialidade), 9.º (Comunicação e visibilidade), 11.º (Propriedade, direito de utilização e transferência dos resultados e do equipamento), e 22.º (Contabilidade e controlo técnico e financeiro) sejam aplicáveis, se for caso disso, a todos os contratantes e beneficiários de subvenções.
- 2.9 A Organização deve notificar a Comissão sem demora de qualquer alteração substancial das regras, procedimentos e sistemas aplicados à execução da Ação. Esta obrigação aplica-se, nomeadamente, (i) às alterações que afetam a avaliação dos pilares de que foi objeto a Organização, (ii) às que possam afetar as condições de elegibilidade previstas nos instrumentos jurídicos aplicáveis da UE, ou (iii) a qualquer outra circunstância suscetível de afetar a execução da Ação ou de atrasar ou pôr em causa a realização das atividades. A Comissão reserva-se o direito de adotar medidas adicionais na sequência das alterações acima referidas ou de denunciar o Acordo, em conformidade com o disposto no artigo 16.º.

### **Artigo 3.º: Subdelegação**

- 3.1 A Organização pode delegar atividades num ou mais subdelegatários, como descrito no anexo I. No caso de os subdelegatários não serem indicados no artigo 1.º, ponto 1.5, das Condições Especiais, a Organização deve solicitar o acordo prévio da Comissão, por escrito, uma vez identificados.
- 3.2 O subdelegatário não pode, por sua vez, subdelegar as atividades nele delegadas pela Organização.
- 3.3 A subdelegação de atividades só é possível se estiverem reunidas as seguintes condições:

- a) O subdelegatário é um país terceiro ou o organismo que este tiver designado, uma organização internacional ou uma das suas agências, um organismo de direito público ou um organismo de direito privado investido de uma missão de serviço público, na medida em que forneça garantias financeiras adequadas. No caso dos organismos dos Estados-Membros e das organizações internacionais, também é possível a subdelegação em organizações sem fins lucrativos que possuam as capacidades operacionais e financeiras adequadas;
  - b) O subdelegatário foi objeto de uma avaliação *ex ante* positiva da Comissão para trabalhar em regime de gestão indireta, ou foi objeto de uma avaliação *ex ante* positiva da Organização que efetuou uma avaliação dos pilares equivalente à realizada pela Comissão relativamente à Organização. Se tal for aprovado na avaliação *ex ante* da Organização pela Comissão, a avaliação *ex ante* do subdelegatário pode ser substituída, no todo ou em parte, pelo requisito de a Organização impor ao subdelegatário regras que ofereçam garantias equivalentes às referidas no artigo 1.º, ponto 1.3, das Condições Especiais, e de aprovar previamente as tarefas de execução orçamental executadas pelo subdelegatário;
  - c) A Organização assegura a realização dos controlos *ex post* necessários para garantir a boa gestão financeira da contribuição da UE;
  - d) A Organização confia ao subdelegatário a execução de uma parte da Ação descrita no anexo I, que consiste em tarefas de execução orçamental.
- 3.4 A Organização assegura que (i) os subdelegatários realizam as atividades que lhes são confiadas para a execução da Ação e que (ii) os custos incorridos pelos subdelegatários são elegíveis em conformidade com o disposto no artigo 18.º. A Organização deve realizar verificações periódicas a fim de se certificar de que a Ação é corretamente executada pelos subdelegatários.
- 3.5 A Organização deve assegurar que se aplicam aos subdelegatários *mutatis mutandis* as disposições estabelecidas nos artigos: 2.º, pontos 2.3, 2.4, 2.5 e 2.6, pontos 2.7.b e 2.7.c, pontos 2.8 e 2.9 Obrigações gerais, 4.º - Relatórios, 5.º - Responsabilidade, 6.º - Conflito de interesses, 7.º - Confidencialidade, 8.º - Proteção de dados, 9.º - Comunicação e visibilidade, 10.º - Publicação *ex post* dos nomes dos contratantes e dos beneficiários de subvenções, 11.º - Propriedade, direito de utilização e transferência dos resultados e do equipamento, 12.º - Avaliação e acompanhamento da Ação, 14.º - Adjudicação de contratos e base de dados central sobre as exclusões, e 22.º - Contabilidade e controlo técnico e financeiro.

#### **Artigo 4.º: Obrigações em matéria de informações e de relatórios**

##### **Questões gerais**

- 4.1 A Organização transmite à Comissão todas as informações relativas à execução da Ação. Para o efeito, a Organização deve inserir no anexo I um plano de trabalho, pelo menos para a primeira parte do período de implementação. A Organização deve apresentar à Comissão relatórios intercalares e um relatório final, em conformidade com as disposições que se seguem. Estes relatórios são constituídos por uma parte narrativa e uma parte financeira.
- 4.2 Cada relatório deve contemplar todos os aspetos pertinentes da execução da Ação durante o período abrangido. O relatório deve também descrever a execução da Ação em função dos indicadores apresentados no anexo I. O relatório deve ser estruturado de modo a permitir uma comparação entre os objetivos, os meios previstos ou utilizados, os resultados esperados e obtidos, bem como os elementos do orçamento da Ação. O nível de pormenor dos relatórios deve corresponder ao dos anexos I e III.
- 4.3 Em caso de ações com vários doadores, se a duração do projeto ou programa da Organização exceder o período de implementação do presente Acordo, a Comissão pode solicitar os relatórios finais do projeto ou programa assim que estiverem disponíveis, sem prejuízo do encerramento do período de execução do presente Acordo, em conformidade com o artigo 16.º, ponto 16.4.
- 4.4 Os relatórios complementares eventualmente exigidos serão especificados nas Condições Especiais.

- 4.5 A qualquer momento, a Comissão pode solicitar informações complementares, indicando as razões para esse pedido. Tais informações devem ser comunicadas no prazo de 30 dias de calendário a contar da receção do pedido.

#### **Conteúdo dos relatórios**

- 4.7 O(s) relatório(s) intercalar(es) deve(m) incidir diretamente sobre o presente Acordo e incluir, no mínimo, os seguintes elementos:
- a) Resumo e contexto da Ação;
  - b) Atividades realizadas durante o período de referência (isto é, diretamente relacionadas com a Ação e descritas no presente Acordo) e discriminadas por operação, no caso de a Ação abranger mais de uma operação;
  - c) Informações sobre a execução do Plano de Visibilidade e Comunicação (anexo VI) e quaisquer medidas adicionais adotadas para assegurar a identificação da UE como fonte de financiamento;
  - d) As contas elaboradas para os custos incorridos no âmbito da execução das tarefas confiadas. Estes relatórios financeiros incluirão informações sobre os compromissos jurídicos assumidos e os custos suportados.
  - e) As dificuldades encontradas e as medidas adotadas para as ultrapassar;
  - f) Alterações introduzidas na execução;
  - g) Realizações e resultados medidos em conformidade com os indicadores de avaliação dos resultados previstos no anexo I;
  - h) Um resumo dos eventuais controlos efetuados e dos relatórios de auditoria finais disponíveis, em conformidade com a política da Organização em matéria de divulgação desses controlos e relatórios de auditoria. Nos casos em que forem identificados erros e deficiências, é necessário apresentar a análise da sua natureza e extensão, bem como informações sobre as medidas corretivas;
  - i) Ações de controlo realizadas junto dos subdelegatários. No caso de serem detetadas deficiências, é necessário apresentar a análise da sua natureza e extensão, bem como informações sobre as medidas corretivas adotadas;
  - j) Se for caso disso, um pedido de pagamento;
  - k) O plano de trabalho para o período seguinte.

- 4.8 O relatório final deve conter os seguintes elementos:

Relativamente ao último período de referência:

- a) Todas as informações solicitadas no artigo 4.º, ponto 4.7, alíneas a) a k).

No que diz respeito à execução global da Ação:

- b) Um resumo completo das receitas da Ação e dos pagamentos recebidos;
- c) Se for caso disso, uma panorâmica geral de quaisquer fundos indevidamente pagos ou incorretamente utilizados que a Organização tenha ou não podido recuperar ela própria;
- d) Descrição dos resultados produzidos (discriminados por operação, no caso de a Ação abranger mais de uma operação) e do seu impacto relativamente aos objetivos da Ação utilizando os indicadores de avaliação dos resultados previstos no anexo I;
- e) A ligação exata para a página Web em que, em conformidade com o artigo 10.º, ponto 10.2, estão disponíveis os dados relativos aos beneficiários;
- f) Se for pertinente, os dados relativos às transferências de equipamentos, veículos e material importante mencionadas no artigo 11.º;
- g) Os custos de financiamento de tarefas de execução orçamental.

- 4.9 A Organização deve apresentar um relatório para cada período de 12 meses a partir do início do período de implementação. Os relatórios narrativo e financeiro abrangem a totalidade da Ação, independentemente de esta ser total ou parcialmente financiada por fundos da UE. Os relatórios intercalares devem ser apresentados no prazo de 60 dias de calendário após o termo do período a que se referem, e o relatório final deve ser apresentado, o mais tardar, seis meses após o termo do período de implementação.

#### **Declaração de gestão e parecer de auditoria ou de controlo**

- 4.10 Cada relatório deve ser acompanhado de uma declaração de gestão em conformidade com o modelo constante do anexo VII;

- 4.11 Caso a Organização não seja uma organização internacional, deve transmitir à Comissão, no prazo de um mês a contar da data de apresentação de cada relatório, um parecer de um organismo de auditoria independente, em conformidade com o ponto 4.13
- 4.12 No caso de a Organização ser uma organização internacional, deve transmitir à Comissão, no prazo de seis meses a contar da data de apresentação de cada relatório, um parecer de um organismo de auditoria independente, em conformidade com o artigo ponto 4.13 infra, ou um parecer do organismo de auditoria ou de controlo interno da Organização.
- 4.13 O parecer referido nos pontos 4.11 e 4.12, deve ser elaborado em conformidade com as normas de auditoria internacionalmente aceites e determinar se as contas oferecem uma imagem verdadeira e fiável, se os sistemas de controlo em vigor funcionam corretamente e se as operações subjacentes são legais e regulares. O parecer deve indicar igualmente se o trabalho de auditoria põe em causa as afirmações constantes da declaração de gestão acima referida.

#### **Taxa de câmbio**

- 4.14 Os relatórios devem ser apresentados em euros. Sempre que os requisitos contabilísticos da Organização imponham a utilização de outra moeda, os relatórios serão apresentados tanto em euros como na moeda utilizada pela Organização. Para efeitos do relatório, a conversão em euros deve ser efetuada recorrendo a uma das opções a seguir enumerados e especificadas no artigo 4.º, ponto 4.3, das Condições Especiais:
- a) A taxa aplicada pelo Banco Central Europeu publicada no Jornal Oficial, em vigor no dia em que a contribuição da UE foi registada na contabilidade da Organização<sup>1</sup>;
  - b) A taxa de câmbio da Organização, em conformidade com os seus princípios contabilísticos, em vigor no dia em que a contribuição da UE foi registada na contabilidade da Organização.
- 4.15 Se a contribuição da UE for efetuada em várias parcelas, as despesas incorridas devem ser comunicadas no relatório utilizando a taxa de câmbio em que cada parcela foi registada, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.

#### **Incumprimento das obrigações de comunicação de informações**

- 4.16 Se a Organização não puder apresentar um relatório intercalar ou final e os documentos de acompanhamento até ao final do prazo fixado no ponto 4.9, deve informar por escrito a Comissão dos motivos que a impediram de o fazer e apresentar uma síntese do estado de adiantamento da Ação e um projeto de plano de trabalho para o período seguinte. Se a Organização não cumprir esta obrigação durante dois (2) meses, a contar do termo do prazo estabelecido no ponto 4.9, a Comissão pode denunciar o Acordo em conformidade com o disposto no artigo 16.º, recusar-se a pagar os montantes ainda não liquidados e proceder à cobrança dos montantes indevidamente pagos.

#### **Artigo 5.º: Responsabilidade perante terceiros**

- 5.1 A Comissão não pode, em caso algum, seja qual for o motivo, ser considerada responsável por danos ou prejuízos sofridos pelo pessoal ou pelos bens da Organização durante a execução da Ação ou em consequência da mesma. A Comissão não pode, portanto, admitir qualquer pedido de indemnização ou de pagamento adicional por estes motivos.
- 5.2 Sob reserva do regime relativo aos privilégios e imunidades da Organização, caso exista, esta última deve assumir todas as responsabilidades perante terceiros, nomeadamente por danos ou prejuízos de qualquer natureza que lhes sejam causados, relacionados ou decorrentes da execução da Ação.
- 5.3 A Organização desvincula a Comissão de qualquer responsabilidade relacionada com eventuais reclamações ou ações judiciais resultantes da infração a regras ou regulamentações da Organização cometida pela própria Organização, pelos seus empregados ou por pessoas sob a responsabilidade destes últimos, bem como da violação dos direitos de terceiros.

#### **Artigo 6.º: Conflito de interesses**

- 6.1 A Organização deve abster-se de qualquer ação suscetível de originar um conflito de interesses.
- 6.2 Existe conflito de interesses sempre que o exercício imparcial e objetivo das funções de um interveniente no âmbito do presente Acordo se encontre comprometido por motivos de ordem familiar ou afetiva, de afinidade política ou nacional, de interesse económico ou qualquer outro motivo de comunhão de interesses com outra parte, designadamente um contratante ou um beneficiário de uma subvenção.

---

<sup>1</sup> Disponível no seguinte endereço: <http://www.ecb.int/stats/exchange/eurofxref/html/index.en.html>

### **Artigo 7.º: Confidencialidade**

- 7.1 A Comissão e a Organização comprometem-se a preservar a confidencialidade de qualquer documento, informação ou outro material diretamente relacionado com a execução da Ação considerado confidencial. Sob reserva do disposto no artigo 22.º, a Comissão pode ter acesso, mediante pedido e a título confidencial, a estes documentos, informações ou material. O carácter confidencial de um documento não impede a sua comunicação a título confidencial, quando as regras que vinculam as Partes assim o exijam.
- 7.2 Cada uma das Partes deve obter o consentimento prévio por escrito da outra Parte, antes de divulgar essas informações, a menos que:
- a) A Parte em questão aceite desvincular a outra Parte das anteriores obrigações de confidencialidade;
  - b) As informações confidenciais se tornem públicas por outros meios e não devido à divulgação das informações pela Parte vinculada pela obrigação de confidencialidade, em violação da referida obrigação;
  - c) A divulgação das informações confidenciais seja exigida por lei. Em caso algum a divulgação pode comprometer os privilégios e imunidades da Organização ou a segurança e proteção do seu pessoal.
- 7.3 As Partes continuarão sujeitas às normas de confidencialidade durante pelo menos cinco anos após o termo da vigência do Acordo.

### **Artigo 8.º: Proteção de dados**

- 8.1 A Organização deve assegurar um nível razoável de proteção dos dados pessoais. Por «dados pessoais» entende-se qualquer informação relativa a uma pessoa singular. Qualquer operação realizada com dados pessoais, como a recolha, registo, organização, armazenamento, adaptação ou alteração, extração, consulta, utilização, comunicação, apagamento ou destruição, deve respeitar as regras e procedimentos da Organização e só será efetuada se for necessária para o cumprimento do mandato da Organização.
- 8.2 Em especial, a Organização adotará as medidas técnicas e organizativas em matéria de segurança adequadas relativamente aos riscos inerentes a operações deste tipo e à natureza das informações relativas à pessoa singular em causa, a fim de:
- a) Impedir qualquer pessoa não autorizada de aceder aos sistemas informáticos que realizam tais operações e, nomeadamente, a leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento de dados, o que inclui a introdução não autorizada de dados, bem como a divulgação, alteração ou supressão não autorizadas de informações armazenadas;
  - b) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema informático que realizam tais operações só possam aceder às informações a que se refere o seu direito de acesso;
  - c) Conceber a sua estrutura organizativa de modo a cumprir os requisitos acima referidos.

### **Artigo 9.º: Comunicação e visibilidade**

- 9.1 A Organização deve executar o Plano de Comunicação e Visibilidade especificado no anexo VI.
- 9.2 Salvo pedido ou acordo em contrário por parte da Comissão, a Organização deve adotar todas as medidas necessárias para assegurar a visibilidade do financiamento concedido à Ação pela União Europeia. As informações transmitidas à comunicação social e aos beneficiários finais, bem como todos os suportes publicitários, anúncios oficiais, relatórios e publicações devem mencionar o facto de a Ação ter sido realizada «com financiamento da União Europeia» e exibir de forma adequada o logótipo da UE (doze estrelas amarelas sobre fundo azul). Estas medidas devem ser conformes ao Manual de Comunicação e Visibilidade das Ações Externas da União Europeia<sup>2</sup>, publicado pela Comissão Europeia, ou a quaisquer outras orientações acordadas entre a Comissão Europeia e a Organização. Todas as publicações da Organização relativas à Ação, independentemente da forma e do suporte utilizados, incluindo a Internet, devem incluir a seguinte declaração de exoneração de responsabilidade: «O presente documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição oficial da União Europeia».
- 9.3 Se, durante a execução da Ação, forem adquiridos equipamentos, veículos ou material importante utilizando fundos disponibilizados pela UE, a Organização deve indicá-lo de forma apropriada, designadamente neles apondo o logótipo da UE (doze estrelas amarelas sobre fundo azul), desde que tal não ponha em causa a segurança e proteção da Organização ou do seu pessoal.

---

<sup>2</sup>[https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/communication\\_and\\_visibility\\_manual\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/communication_and_visibility_manual_en.pdf)

- 9.4 O reconhecimento e o logótipo da UE devem ser suficientemente grandes e proeminentes para assegurar claramente a sua visibilidade, de modo a não gerar qualquer confusão no que se refere à identificação da Ação enquanto atividade da Organização ou à propriedade dos equipamentos, veículos e material importante por parte da Organização.
- 9.5 Se, em aplicação do artigo 11.º, os equipamentos, veículos e material importante adquiridos utilizando fundos da UE não tiverem sido transferidos para as autoridades locais, os subdelegatários locais, os beneficiários de subvenções locais ou os beneficiários finais aquando da apresentação do relatório final, os requisitos de visibilidade relativos a estes equipamentos, veículos e material importante (em especial, a exibição do logótipo da UE) devem continuar a aplicar-se entre a data da apresentação do relatório final e a da conclusão da Ação, se esta última for posterior.
- 9.6 A publicidade relativa à contribuição da UE deve indicar o montante da contribuição em euros (€ ou EUR). No caso das organizações internacionais, a presente disposição não se aplica às publicações e aos relatórios da Organização elaborados em conformidade com as suas regras e procedimentos.
- 9.7 A Organização aceita que a Comissão publique, sob qualquer forma e em qualquer suporte, incluindo nos seus sítios Web, o nome e o endereço da Organização, bem como o objeto e o montante da contribuição da UE. A Comissão pode renunciar a tal publicidade, caso a divulgação das informações acima referidas seja suscetível de pôr em causa a segurança da Organização ou de afetar os seus interesses.
- 9.8 A Organização deve assegurar-se de que os relatórios, as publicações, os comunicados de imprensa e as atualizações relativos à Ação sejam comunicados à Comissão à medida que forem publicados.

#### **Artigo 10.º: Publicação *ex post* dos nomes dos contratantes e dos beneficiários de subvenções**

- 10.1 A Organização deve publicar anualmente, no seu sítio Web, as seguintes informações sobre os contratos públicos de valor superior a 15 000 EUR e todas as subvenções financiadas pela UE: designação do contrato/projeto, natureza e objeto do contrato/projeto, nome e localidade do contratante ou do beneficiário da subvenção e montante do contrato/projeto. Por «localidade» entende-se, para as pessoas coletivas, o endereço e, para as pessoas singulares, a região do nível NUTS<sup>3</sup> 2 ou equivalente. Estas informações não devem ser publicadas relativamente às bolsas pagas a pessoas singulares e a outro apoio direto pago às pessoas singulares mais necessitadas. As informações devem ser publicadas respeitando devidamente os requisitos de confidencialidade e segurança.
- 10.2 A Organização deve comunicar à Comissão o endereço do sítio Web em que figuram estas informações e autorizar a publicação deste endereço no sítio Web da Comissão.
- 10.3 No caso de uma Ação com vários doadores, a publicação das informações relativas aos contratantes e aos beneficiários de subvenções deve respeitar as regras da Organização.

#### **Artigo 11.º: Propriedade, direito de utilização e transferência dos resultados e do equipamento**

##### **Propriedade**

- 11.1 Na medida em que as leis o permitam, a propriedade, o título e os direitos de propriedade industrial e intelectual dos resultados da Ação, bem como dos relatórios e outros documentos relativos a esta última, serão atribuídos à Organização, se for caso disso, conjuntamente com terceiros, ou conforme acordado pela Organização.

##### **Direito de utilização**

- 11.2 Não obstante o disposto no ponto 11.1 e sob reserva do disposto no artigo 7.º, a Organização deve conceder à Comissão e velar por que os terceiros interessados (subdelegatário, beneficiário da subvenção ou contratante) concedam igualmente o direito de utilizar gratuitamente todos os resultados da Ação, independentemente da forma que assumam, desde que tal utilização não infrinja os direitos de propriedade industrial e intelectual existentes.

##### **Transferência**

- 11.3 Os equipamentos, veículos e material importante adquiridos com a contribuição da UE no âmbito da Ação devem ser transferidos para as autoridades locais, os subdelegatários locais, os beneficiários de subvenções locais ou para os beneficiários finais, o mais tardar aquando da apresentação do relatório final.

---

<sup>3</sup> Nomenclatura das Unidades Territoriais Estatísticas, disponível em:  
<http://ec.europa.eu/eurostat/ramon>.



- 11.4 A prova documental dessas transferências deve ser conservada para verificação, juntamente com os documentos mencionados no artigo 22.º, ponto 22.3.
- 11.5 Em derrogação do disposto no ponto 11.3, os equipamentos, veículos e material importante adquiridos com a contribuição da UE no âmbito das ações com vários doadores que se prolonguem para além do período de implementação podem ser transferidos no final do projeto ou programa. A Organização compromete-se a utilizar os equipamentos, veículos e material importante em favor dos beneficiários finais. A Organização deve informar a Comissão da utilização final dos equipamentos, veículos e material importante no relatório final.
- 11.6 Caso não existam autoridades locais, subdelegatários locais ou beneficiários finais para os quais os equipamentos, veículos e materiais possam ser transferidos, a Organização pode transferir esses bens para outra ação financiada pela UE ou ainda, excecionalmente, conservar a propriedade dos equipamentos, veículos e materiais no final da Ação. Nesses casos, deve apresentar um pedido por escrito justificado, incluindo um inventário dos bens em causa e uma proposta relativa à sua utilização, o mais rapidamente possível e o mais tardar aquando da apresentação do relatório final. A afetação final não pode, de forma alguma, pôr em causa a sustentabilidade da Ação.

#### **Artigo 12.º: Avaliação e acompanhamento da Ação**

- 12.1 A Organização convida os representantes da Comissão a participar nas principais atividades de acompanhamento e nas missões de avaliação dos resultados da Ação e comunica os resultados destas missões à Comissão.
- 12.2 O estipulado no ponto 12.1 aplica-se sem prejuízo de qualquer missão de avaliação ou de acompanhamento que a Comissão deseje efetuar enquanto doador. As missões de avaliação e de acompanhamento dos representantes da Comissão devem ser planeadas e realizadas num espírito de colaboração entre o pessoal da Organização e os representantes da Comissão, não esquecendo o compromisso assumido pelas Partes de assegurar uma execução eficaz e eficiente do Acordo. A Comissão e a Organização devem chegar previamente a acordo sobre os aspetos processuais. A Comissão transmite à Organização o projeto de relatório elaborado durante a missão de avaliação ou de acompanhamento para que esta formule as suas observações antes da publicação do relatório final. A Comissão envia o relatório final à Organização após a sua publicação.

#### **Artigo 13.º: Alterações do Acordo**

- 13.1 Qualquer alteração do presente Acordo, incluindo dos seus anexos, deve ser efetuada por escrito numa adenda assinada por ambas as Partes. O presente Acordo só pode ser alterado durante o período de execução.
- 13.2 A Parte requerente deve apresentar por escrito à outra Parte qualquer pedido de alteração do presente Acordo, incluindo dos seus anexos.
- 13.3 A Parte requerente deve solicitar qualquer alteração 30 dias de calendário antes da data prevista para a sua entrada em vigor e, o mais tardar, 30 dias de calendário antes do termo do período de execução, a menos que existam circunstâncias especiais, devidamente justificadas e aceites pela outra Parte. A outra Parte deve notificar a sua decisão sobre a alteração proposta, o mais tardar 30 dias de calendário a contar da data em que recebeu o pedido de alteração.
- 13.4 Em derrogação aos pontos 13.1, 13.2 e 13.3, sempre que uma alteração do anexo I e/ou do anexo III não afetar o objetivo essencial da Ação e se as consequências financeiras se limitarem a uma transferência no interior de uma mesma rubrica orçamental, incluindo a anulação ou a introdução de um número orçamental, ou a uma transferência entre rubricas orçamentais que implique uma variação (em termos cumulativos, se for caso disso) inferior ou igual a 15 % do montante inicialmente inscrito (ou alterado por uma adenda escrita) em relação a cada rubrica, a Organização pode alterar unilateralmente o anexo I e/ou o anexo III, devendo informar desse facto por escrito a Comissão. Este método não pode ser utilizado para alterar a reserva para imprevistos.
- 13.5 As alterações de endereço e de conta bancária devem ser notificadas por escrito à Comissão. Sempre que aplicável, as alterações de conta bancária devem ser especificadas no pedido de pagamento, utilizando a ficha de identificação financeira da Comissão que figura no anexo IV.

## **Artigo 14.º: Adjudicação de contratos e base de dados central sobre as exclusões**

### **Adjudicação de contratos**

- 14.1 Os contratos públicos e os contratos de subvenção que executam a contribuição da UE devem ser assinados até ao final do prazo de adjudicação dos contratos previsto no artigo 2.º, n.º 5, das Condições Especiais. Após o final do prazo de adjudicação dos contratos e até à apresentação do relatório final, só poderão ser assinados contratos que se sigam a uma denúncia antecipada de um contrato existente e contratos relativos às auditorias e avaliação finais.
- 14.2 Os procedimentos de adjudicação de contratos, como referidos no ponto 14.1, podem ter sido iniciados e os contratos podem ser assinados pela Organização antes do início do período de implementação.
- 14.3 Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, a origem dos fornecimentos e a nacionalidade das organizações, empresas e peritos selecionados para a execução de atividades no âmbito da Ação devem ser determinadas em conformidade com as regras aplicáveis da Organização. Em todo o caso, são igualmente elegíveis os fornecimentos, organizações, empresas e peritos que sejam elegíveis em conformidade com as disposições regulamentares da União Europeia.
- 14.4 A Organização deve adotar medidas razoáveis, em conformidade com as suas próprias regras e procedimentos, para garantir que os potenciais candidatos ou proponentes e os requerentes de subvenções sejam excluídos da participação num procedimento de adjudicação de contratos ou de concessão de subvenções e da adjudicação de contratos públicos e de contratos de subvenção financiados pelos fundos da UE, caso:
- a) Se encontrem em situação de falência ou sejam objeto de um processo de falência, de liquidação, de concordata de credores, de cessação de atividade, estejam sob entidade judicial ou sujeitos a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
  - b) Eles próprios ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles, tenham sido condenados por sentença transitada em julgado proferida por uma autoridade competente, por delitos que afetem a sua honorabilidade profissional;
  - c) Tenham sido, eles próprios ou pessoas com poderes de representação, de decisão ou de controlo sobre eles, condenados por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação numa organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilegal lesiva dos interesses financeiros da União;
  - d) Sejam culpados de falsas declarações na prestação das informações solicitadas como condição de participação no procedimento ou de não prestação das referidas informações;
  - e) Se encontrem em situação de conflito de interesses.

### **Base de dados central sobre as exclusões**

- 14.5 A Organização deve informar a Comissão se tiver verificado que um terceiro se encontra numa das situações referidas no ponto 14.4.c. A informação deve ser transmitida utilizando o modelo *ad hoc*<sup>4</sup>, que será enviado à Comissão com uma indicação da duração da exclusão, decidida com base na sentença notificada. Será também fornecida cópia da sentença definitiva e, sempre que se encontrem disponíveis e seja aplicável, dos documentos necessários que comprovam a existência jurídica da entidade em causa. A Comissão introduz esta informação na base de dados central sobre as exclusões. A Organização deve sempre assinalar os casos em que a informação transmitida precise de ser retificada, atualizada ou suprimida e assegurar que a entidade em causa seja informada de que os seus dados foram transmitidos à Comissão e podem ser incluídos na base de dados central sobre as exclusões.
- 14.6 Sem prejuízo das competências da Comissão para excluir uma entidade de futuros contratos e subvenções financiados pela UE, a Organização pode impor sanções financeiras aos contratantes e beneficiários de subvenções em conformidade com as suas próprias regras e procedimentos, assegurando o direito de defesa do contratante ou do beneficiário da subvenção.
- 14.7 A Organização pode ter em conta, conforme adequado e sob a sua própria responsabilidade, as informações contidas na base de dados central sobre as exclusões, aquando da adjudicação de contratos. O acesso às informações pode ser concedido através do(s) ponto(s) de ligação ou mediante consulta da

---

<sup>4</sup> Anexo C8f: <http://ec.europa.eu/europeaid/companion/annexes.do?annexName=C8f&lang=en>

Comissão, como referido no artigo 5.º, n.º 6, das Condições Especiais<sup>5</sup>, quando a Organização aplica as medidas de proteção de dados adequadas, como previsto no Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados (JO L 8 de 12.1.2001, p. 1).

14.8 Em caso de não cumprimento do disposto nos pontos 14.1 a 14.5, a Comissão pode declarar os custos associados não elegíveis para financiamento pela UE.

## **Artigo 15.º: Suspensão**

### **Suspensão dos pagamentos e suspensão do prazo de um único pedido de pagamento**

- 15.1 A Comissão pode suspender o pagamento, total ou parcialmente, no caso de:
- a) Com base nas informações que recebeu, ter sérias dúvidas e necessitar de verificar se:
    - i) Ocorreram erros substanciais, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações assumidas pela Organização ou pelos subdelegatários no seu processo de seleção, na avaliação dos seus pilares ou na execução da Ação, incluindo no que diz respeito à implementação do Plano de Comunicação e Visibilidade;
    - ii) Existem deficiências significativas no funcionamento da Organização ou do sistema de controlo interno dos subdelegatários ou são detetados erros sistémicos que põem em causa a fiabilidade da Organização ou do sistema de controlo interno dos subdelegatários ou a legalidade e regularidade das operações subjacentes;
  - b) A suspensão ser necessária para evitar prejuízos graves para os interesses financeiros da UE;
  - c) A Comissão dispor de provas de que a Organização ou os subdelegatários cometeram erros sistémicos ou recorrentes, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações assumidas no âmbito de outros acordos financiados por fundos da UE, desde que esses erros, irregularidades, fraude ou incumprimento de obrigações tenham um impacto considerável sobre o presente Acordo.
- 15.2 Nas situações referidas no ponto 15.1, a Comissão deve informar imediatamente a Organização da suspensão dos pagamentos e dos respetivos motivos. A Organização deve apresentar as suas observações no prazo de 30 dias de calendário. A Comissão deve, o mais rapidamente possível e o mais tardar no prazo de 30 dias de calendário a contar da receção das observações, notificar as suas conclusões e, sem prejuízo da denúncia do Acordo em conformidade com o artigo 16.º, ponto 16.2, retomar os pagamentos ou recuperar os montantes pagos indevidamente em conformidade com o artigo 21.º ou, em circunstâncias devidamente justificadas, confirmar a suspensão por um período máximo de 30 dias de calendário adicionais.
- 15.3 Nas situações previstas no artigo 16.º, ponto 16.1, a Comissão pode suspender os pagamentos como medida cautelar, informando imediatamente do facto a Organização por escrito. O procedimento descrito no artigo 16.º, ponto 16.2, é então aplicável.
- 15.4 A Comissão pode suspender o prazo de pagamento de um único pedido de pagamento notificando à Organização de que:
- a) O montante não é exigível;
  - b) Os documentos comprovativos adequados não foram apresentados;
  - c) A informação que chegou ao conhecimento da Comissão põe em causa a elegibilidade das despesas incluídas num pedido de pagamento.
- 15.5 Nas situações previstas no ponto 15.4, a Comissão deve notificar a Organização o mais rapidamente possível das razões da suspensão, especificando as informações adicionais necessárias. A suspensão produz efeitos na data em que a Comissão enviar a notificação, indicando as razões de tal suspensão. O prazo de pagamento recomeça a contar a partir da data em que a Comissão notificar que as informações solicitadas ou os documentos revistos foram recebidos ou que os controlos suplementares necessários foram efetuados.

### **Suspensão do Acordo pela Comissão**

- 15.6 A Comissão pode solicitar por escrito à Organização que suspenda de imediato a aplicação do presente

---

<sup>5</sup> A Organização será autorizada a ter acesso direto à base de dados central sobre as exclusões através de um ponto de ligação quando a Organização certificar o serviço responsável da Comissão de que aplica as medidas de proteção de dados adequadas, tal como previsto no Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2000, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados (JO L 8 de 12.1.2001, p. 1).

Acordo, se as circunstâncias assim o exigirem, em especial:

a) Quando tiver sido adotada uma decisão da UE que identifique uma violação dos direitos humanos<sup>6</sup>; Acordo de Delegação em regime de Gestão Indireta - Anexo II - Condições Gerais b) Em casos como crises que impliquem uma alteração da política da UE.

- 15.7 Na sequência de uma notificação por escrito da Comissão, as Partes devem retomar a aplicação do Acordo, logo que as condições o permitam. Durante o período de suspensão, a Organização tem direito ao reembolso dos custos mínimos necessários para a eventual retoma da aplicação do Acordo. Esta disposição não prejudica eventuais alterações do Acordo que possam revelar-se necessárias para adaptar a Ação às novas condições de execução, incluindo, se possível, a prorrogação do período de implementação e o prazo de adjudicação, ou à denúncia do Acordo em conformidade com o artigo 16.º, ponto 16.3.

#### **Suspensão da Ação pela Organização, força maior**

- 15.8 A Organização pode decidir ou ser convidada a suspender a execução da totalidade ou de parte da Ação, se circunstâncias imprevistas independentes do controlo das Partes o exigirem, nomeadamente em caso de força maior. A Organização deve informar imediatamente do facto a Comissão e facultar todas as informações necessárias, incluindo as medidas adotadas para minimizar os eventuais danos, bem como o efeito previsível e a data do recomeço da aplicação.
- 15.9 Nenhuma das Partes pode ser considerada responsável pelo incumprimento das suas obrigações decorrentes do Acordo se tal incumprimento se dever a um caso de força maior, desde que tome todas as medidas necessárias para minimizar os eventuais danos.
- 15.10 As Partes devem reduzir ao mínimo o período de suspensão e a Organização deve retomar a aplicação do Acordo assim que as condições o permitam, mediante aprovação prévia por escrito da Comissão. O período de implementação do Acordo é automaticamente prorrogado por um período equivalente à duração da suspensão. O prazo de adjudicação dos contratos é automaticamente prorrogado por um período equivalente à duração da suspensão, em caso de suspensão por motivos de força maior.
- 15.11 O ponto anterior não prejudica eventuais alterações do Acordo que possam revelar-se necessárias para adaptar a Ação às novas condições de execução ou à denúncia do Acordo em conformidade com o artigo 16.º, ponto 16.3.

#### **Artigo 16.º: Denúncia e data de conclusão do Acordo**

- 16.1 Sem prejuízo de qualquer outra disposição das presentes Condições Gerais, a Comissão pode denunciar o Acordo se a Organização ou os subdelegatários:
- a) Não cumprirem uma obrigação substancial que lhes incumba nos termos do Acordo;
  - b) Forem objeto de alterações jurídicas, financeiras, técnicas ou organizativas suscetíveis de afetar substancialmente de forma negativa a implementação e a gestão da Ação ou de pôr em causa a decisão através da qual a contribuição da UE é concedida;
  - c) Tiverem prestado declarações falsas ou incompletas para obter a contribuição da UE ou tiverem apresentado relatórios que não correspondem à realidade para obter ou manter a contribuição da UE sem causa;
  - d) Forem objeto de uma declaração de falência ou de um processo de liquidação ou de um processo semelhante;
  - e) Tiverem cometido uma falta grave em matéria profissional, comprovada por qualquer meio justificado;
  - f) Intencionalmente ou por negligência, tiverem cometido uma irregularidade substancial na execução do Acordo, ou em caso de fraude, corrupção ou qualquer outra atividade ilegal da Organização ou dos subdelegatários lesiva dos interesses financeiros da UE;
  - g) Não cumprirem as obrigações de apresentação de relatórios previstas no artigo 4.º, n.º 9;

---

Por exemplo, (i) uma decisão em conformidade com o artigo 37.º do Regulamento (CE) n.º 1905/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de dezembro de 2006, que institui um instrumento de financiamento da cooperação para o desenvolvimento (JO L 378 de 27.12.2006, p. 41), o artigo 28.º do Regulamento (CE) n.º 1638/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de outubro de 2006, que estabelece disposições gerais relativas à criação do Instrumento Europeu de Vizinhaça e Parceria (JO L 310 de 9.11.2006, p. 1), ou o artigo 96.º do Acordo de Parceria ACP-CE assinado em Cotonu, em 23 de junho de 2000, revisto em 25 de junho de 2005 e em 23 de junho de 2010; ou (ii) uma decisão da Comissão que suspenda a cooperação como medida de precaução.

h) Tiverem cometido uma das faltas descritas no artigo 15.º, n.º 1.

- 16.2 Nas circunstâncias referidas no ponto 16.1, a Comissão iniciará conversações com a Organização. Caso não seja encontrada uma solução aceitável no prazo de 30 dias de calendário, a Comissão pode denunciar o Acordo mediante pré-aviso escrito de 7 dias de calendário, não sendo obrigada a pagar qualquer indemnização à Organização. Nesse caso, a Comissão pode exigir o reembolso integral ou parcial dos montantes indevidamente pagos, após ter dado à Organização a oportunidade de apresentar as suas observações. Se, a qualquer momento, uma das Partes considerar que os objetivos do Acordo já não podem ser realizados de forma eficaz e apropriada pelas razões descritas no artigo 15.º, pontos 15.6.a e 15.6.b, e ponto 15.8, deve consultar a outra Parte. Caso as Partes não cheguem a acordo sobre uma solução, qualquer uma das Partes pode denunciar o Acordo mediante um pré-aviso por escrito de 60 dias de calendário. Neste caso, a Organização tem direito ao (i) pagamento correspondente unicamente à parte da Ação executada e ao (ii) reembolso dos compromissos contratuais que tenha assumido para a execução da Ação antes da notificação por escrito à outra Parte da denúncia do Acordo e aos quais não possa razoavelmente pôr termo por motivos legais. A Comissão deve recuperar a parte restante em conformidade com os artigos 20.º e 21.º.

#### **Data de conclusão**

- 16.3 A menos que seja previamente denunciado em conformidade com o disposto no artigo 16.º das Condições Gerais, o Acordo terminará na «data de conclusão», que é o momento do pagamento do saldo por parte da Comissão, em conformidade com o artigo 20.º das Condições Gerais, ou em que a Organização reembolsa quaisquer montantes pagos em excesso relativamente ao montante final devido, em conformidade com o artigo 21.º das Condições Gerais. Nos casos em que não exista um pagamento final por parte da Comissão ou um reembolso final por parte da Organização, a «data de conclusão» tem lugar 18 meses após o termo do período de implementação previsto no artigo 2.º das Condições Especiais. Se uma das Partes aplicar o procedimento de resolução de litígios previsto no artigo 17.º, a «data de conclusão» é adiada até à conclusão desse procedimento.

#### **Artigo 17.º: Lei aplicável e resolução de litígios**

- 17.1 As Partes devem envidar todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente qualquer litígio ou reclamação relacionados com a interpretação, aplicação ou cumprimento do Acordo, designadamente no que se refere à sua existência, validade ou denúncia.
- 17.2 Se a Organização não for uma organização internacional, o presente Acordo é regido pelo direito da UE, completado, se necessário, pelas disposições pertinentes do direito belga. Caso não seja possível uma resolução amigável, qualquer das Partes pode submeter a questão ao Tribunal Geral da União Europeia e, em caso de recurso, ao Tribunal de Justiça da União Europeia.
- 17.3 Se a Organização for uma organização internacional:
- Nenhuma disposição do Acordo pode ser interpretada como uma derrogação aos privilégios e imunidades concedidos a qualquer das Partes pelo respetivo estatuto ou pelo direito internacional.
  - Caso não seja possível uma resolução amigável, em conformidade com o n.º 1 supra, qualquer litígio, controvérsia ou crédito decorrente de ou relacionado com a interpretação, aplicação ou execução do presente Acordo, incluindo a sua existência, validade ou denúncia, é resolvido por arbitragem final e vinculativa em conformidade com o Regulamento Facultativo de Arbitragem do Tribunal Permanente de Arbitragem para os Estados e as Organizações Internacionais em vigor na data de assinatura do presente Acordo. O árbitro será nomeado pelo Secretário-Geral do Tribunal Permanente de Arbitragem. A decisão do árbitro será vinculativa para todas as Partes, dela não cabendo recurso.

#### **Artigo 18.º: Custos elegíveis**

##### **Condições de elegibilidade dos custos de execução**

- 18.1 Os custos elegíveis incorridos pela Organização devem satisfazer os seguintes critérios:

- Devem ser necessários para a execução da Ação. Devem ser diretamente imputáveis à Ação e decorrer diretamente da sua execução;
- Devem ser efetivos, isto é, representar os custos reais definitiva e efetivamente suportados pela Organização;
- Devem ser razoáveis, justificados e respeitar os princípios de boa gestão financeira, nomeadamente no que se refere à economia e à eficiência;
- Devem ser suportados durante o período de implementação, independentemente da data do desembolso;

- i) Os custos relativos a subvenções, serviços e obras devem estar relacionados com atividades desenvolvidas durante o período de implementação. Os custos respeitantes a fornecimentos devem estar relacionados com a sua entrega e instalação durante o período de implementação. Por conseguinte, as transferências de dinheiro entre a Organização e o(s) subdelegatário(s), o pagamento de um adiantamento (pré-financiamento) ou a assunção de qualquer compromisso para realização futura de serviços, obras ou fornecimentos (contratos públicos) ou para execução futura de atividades (subvenções), tais como a assinatura de um contrato ou a realização de uma encomenda, não são custos suportados;
- ii) Salvo para as ações com vários doadores, os pagamentos pendentes correspondentes a custos suportados devem ser efetuados antes da apresentação do relatório final ou ser indicados no relatório final, juntamente com a data prevista para o pagamento;
- iii) Os custos relativos à auditoria e à avaliação podem ser suportados após o período de implementação;
- e) Devem ser identificáveis, em especial devem ter sido lançados na contabilidade da Organização e ser determinados em conformidade com o seu sistema contabilístico. Devem ser devidamente comprovados por documentos originais (se for caso disso, em formato eletrónico) e controláveis, em conformidade com o disposto no artigo 22.º.
- f) Devem ser indicados no orçamento previsional constante do anexo III, distinguindo, na medida do possível, os custos relativos às tarefas de execução orçamental;
- g) Devem estar em conformidade com a legislação fiscal e social aplicável.

#### **Custos de execução**

18.2 São elegíveis as seguintes categorias de custos, desde que satisfaçam as condições de elegibilidade previstas no ponto 18.1:

- a) Os custos do pessoal da Organização diretamente afetado à execução da Ação correspondentes aos salários, acrescidos dos encargos sociais e outros custos legais incluídos na remuneração do pessoal e previstos em conformidade com a política da Organização. A Organização deve conservar os documentos comprovativos do tempo de trabalho do pessoal, quer através de um sistema de registo, um método fiável de imputação ou um contrato de trabalho que estipule a afetação exata à Ação;
- b) As despesas de viagem do pessoal diretamente afetado à execução da Ação e ajudas de custo relacionadas, desde que correspondam às práticas habituais da Organização;
- c) As despesas de financiamento, pela Organização, destinadas aos contratantes e beneficiários de subvenções para a execução da Ação descrita no anexo I, tais como:
  - i) os custos de aquisição de equipamento (novo ou em segunda mão) diretamente imputáveis à Ação;
  - ii) os custos de aquisição de bens e serviços (transportes, armazenagem e distribuição, aluguer de equipamento, etc.) diretamente imputáveis à Ação;
  - iii) os custos de materiais consumíveis e de fornecimentos diretamente imputáveis à Ação;
- d) Impostos, direitos e encargos, incluindo o IVA, pagos pela Organização relativamente aos custos referidos nas alíneas a), b) e c), desde que a Organização não possa recuperá-los.

18.3 Os custos referidos no ponto 18.2, alíneas a), b) e c), imputáveis ao funcionamento dos gabinetes externos necessários para executar a Ação são elegíveis na percentagem que corresponda à atividade diretamente imputável à Ação.

#### **Remuneração**

- 18.4 A Organização, ou os subdelegatários, podem exigir como remuneração uma percentagem fixa dos custos de execução, tal como referido no artigo 3.º, ponto 3.2, das Condições Especiais, não podendo esta ser superior a 7 %.
- 18.5 Sem prejuízo do disposto no número anterior, para ações comparáveis e ações com vários doadores, a percentagem do montante solicitado a título de remuneração não pode ser superior à do montante para outras contribuições comparáveis.
- 18.6 A remuneração não precisa de ser comprovada por documentos contabilísticos.

### **Custos não elegíveis**

- 18.7 Não são elegíveis os seguintes custos, para além de quaisquer outros custos que não preencham as condições previstas no ponto 18.1:
- a) Dívidas e encargos do serviço das dívidas;
  - b) Provisões para perdas ou dívidas;
  - d) Custos financiados por outras fontes;
  - e) Compra de terrenos ou de edifícios;
  - f) Perdas cambiais;
  - g) Contribuições em espécie. Os custos do pessoal afetado à Ação não constituem uma contribuição em espécie, podendo ser considerados cofinanciamento no orçamento se forem pagos pela Organização ou pelos subdelegatários.

### **Subdelegação:**

18.8 Os custos suportados pelo subdelegatários são elegíveis nas mesmas condições que os da Organização.

### **Artigo 19.º: Pagamentos**

- 19.1 As condições de pagamento, tal como estabelecidas no artigo 4.º das Condições Especiais, são as seguintes:
- a) A Comissão transferirá um pré-financiamento, como estabelecido no artigo 4.º, ponto 4.2, das Condições Especiais, no prazo de 30 dias de calendário a contar da receção do presente Acordo assinado por ambas as Partes;
  - b) Quando o período de implementação for superior a 12 meses, cada parcela suplementar deve ser fornecida, em conformidade com o montante previsto no artigo 4.º, ponto 4.2, das Condições Especiais, desde que, pelo menos 70 % da parcela imediatamente anterior (e 100 % das parcelas anteriores, se for caso disso) tenham sido objeto de um compromisso jurídico entre a Organização ou os subdelegatários e um terceiro, tal como comprovado pelo relatório correspondente;
  - c) A Comissão procederá ao pagamento das parcelas e ao pagamento final no prazo de 90 dias de calendário a contar da receção de um pedido de pagamento acompanhado de um relatório intercalar ou do relatório final.
- 19.2 Os relatórios devem ser apresentados em conformidade com o artigo 4.º. O pagamento será efetuado após a aprovação dos relatórios. O montante final será fixado em conformidade com o disposto no artigo 20.º. A aprovação dos pedidos de pagamento e dos relatórios que os acompanham não implica o reconhecimento da sua regularidade, nem do carácter autêntico, completo e correto das declarações e informações neles contidas.
- 19.3 A Comissão deve efetuar os pagamentos em euros na conta bancária indicada na ficha de identificação financeira que figura no anexo IV.

### **Juros de mora**

- 19.4 Em caso de atraso no pagamento dos montantes indicados no artigo 4.º das Condições Especiais, são aplicáveis as seguintes condições:
- a) Se a Organização não for um Estado-Membro da UE, quando expirar o prazo para os pagamentos previsto no ponto 19.1, a Organização deve receber juros de mora à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu às suas operações principais de refinanciamento em euros. A taxa de referência é a taxa em vigor no primeiro dia do mês em que termina o prazo de pagamento, publicada na série C do Jornal Oficial da União Europeia, acrescida de 3,5 pontos percentuais;
  - b) A suspensão dos pagamentos pela Comissão em conformidade com o artigo 15.º não deve ser considerada um atraso de pagamento;
  - c) Os juros de mora devem cobrir o período decorrido entre o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até à data do pagamento efetivo inclusive, tal como estabelecido no ponto 19.1. Os eventuais pagamentos parciais devem ser imputados em primeiro lugar ao pagamento dos juros de mora;
  - d) Em derrogação do disposto na alínea c), se os juros calculados em conformidade com a presente disposição forem iguais ou inferiores a 200 EUR, a Comissão só deve pagar esses juros à Organização mediante pedido, o qual deve ser apresentado no prazo de dois meses a contar da receção do pagamento em atraso;
  - e) Os juros não são considerados uma receita para efeitos da determinação do montante final da contribuição da UE, na aceção do artigo 20.º.

### **Artigo 20.º: Montante final**

- 20.1 A Comissão determina o montante final da contribuição da UE aquando da aprovação do relatório final da Organização. Sem prejuízo do disposto no artigo 22.º, a Comissão determina, então, o saldo devido à Organização ou o montante a recuperar.
- 20.2 Sem prejuízo do disposto no n.º 5, o montante final será o mais baixo dos dois montantes seguintes:
- a) A soma dos custos de execução elegíveis aprovados pela Comissão e a remuneração associada;
  - b) O montante máximo da contribuição da UE referida no artigo 3.º, ponto 3.1, das Condições Especiais.
- 20.3 A Organização aceita que a contribuição ao abrigo do presente Acordo se limite ao montante necessário para equilibrar as receitas geradas pela Ação, as contribuições dos doadores e os custos elegíveis.
- 20.4 Em conformidade com o disposto no artigo 21.º, a Comissão deve recuperar qualquer montante pago em excesso.
- 20.5 Em caso de não execução, de execução incorreta ou de execução parcial ou tardia da Ação, ou de violação substancial de uma obrigação contratual prevista no Acordo por parte da Organização, por exemplo em matéria de comunicação e visibilidade, a Comissão pode, após ter dado à Organização a oportunidade de apresentar as suas observações, reduzir a contribuição da UE em conformidade.

### **Artigo 21.º: Recuperação**

- 21.1 Quando um montante deva ser recuperado em conformidade com o Acordo, a Organização deve reembolsar em euros à Comissão o montante devido.
- 21.2 Antes da recuperação, a Comissão deve notificar formalmente à Organização a sua intenção de proceder à recuperação de qualquer montante indevido, especificando o montante e as razões para a recuperação e convidando a Organização a apresentar eventuais observações no prazo de 30 dias de calendário a contar da data de receção da notificação. Se a Organização não apresentar quaisquer observações ou se, apesar das observações por ela apresentadas, a Comissão decidir prosseguir o procedimento de recuperação, esta última pode confirmar a recuperação notificando formalmente à Organização uma nota de débito («nota de débito»), especificando as condições e a data de pagamento.
- 21.3 Caso a Organização não efetue o pagamento até à data fixada na nota de débito, a Comissão deve proceder à recuperação do montante devido:
- a) Por compensação com eventuais montantes devidos à Organização pela UE;
  - b) Através de uma ação judicial, em conformidade com o artigo 17.º, ou, se for caso disso, adotando uma decisão executória em conformidade com o artigo 299.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia;
  - c) Em circunstâncias excecionais, justificadas pela necessidade de proteger os interesses financeiros da UE, a Comissão pode proceder à recuperação por compensação antes do prazo indicado na nota de débito, sem a aprovação prévia da Organização.
- 21.4 Caso a Organização não proceda ao reembolso no prazo fixado, o montante por ela devido produzirá juros à taxa indicada no artigo 19.º, ponto 19.4.a. Os juros correspondem ao período decorrido desde o dia seguinte ao termo do prazo de pagamento até ao dia em que a Comissão recebe efetivamente o pagamento integral do montante em dívida. Os eventuais pagamentos parciais devem ser imputados em primeiro lugar ao pagamento dos juros de mora.
- 21.5 As despesas bancárias causadas pelo reembolso dos montantes devidos à Comissão ficam exclusivamente a cargo da Organização.

### **Artigo 22.º: Contabilidade e controlo técnico e financeiro**

#### **Contabilidade**

- 22.1 A Organização deve manter registos e contas rigorosos e sistemáticos relativos à execução da Ação.
- 22.2 Sempre que possível, a Organização deve manter a contribuição da UE em contas bancárias expressas em euros. A Organização pode reunir a contribuição da UE com as contribuições provenientes de outros doadores. As contribuições podem ser convertidas noutras moedas a fim de facilitar o seu desembolso. Se o pré-financiamento produzir juros, os métodos contabilísticos da Organização devem permitir identificar os pagamentos da Comissão e os juros ou outros benefícios gerados por esses fundos.

#### **Arquivo**

- 22.3 Durante um período de cinco anos a contar da data de conclusão prevista no artigo 16.º, ponto 16.4, ou até à



data de prescrição das reclamações ao abrigo da lei que rege o Acordo e os contratos ou subvenções celebrados em aplicação do mesmo, se esta última for posterior, a Organização deve conservar e disponibilizar, em conformidade com o ponto 22.4, todas as informações financeiras pertinentes no seu formato original (se for caso disso, em formato eletrónico) ou, em casos excecionais devidamente justificados, as cópias autenticadas dos documentos originais relativos ao Acordo, bem como a qualquer contrato público ou acordo de subvenção celebrado no âmbito do Acordo.

**Acesso**

- 22.4 A Organização deve permitir à Comissão e ao Tribunal de Contas Europeu, ou a qualquer outro representante autorizado pela Comissão, a realização de análises documentais e de controlos no local sobre a utilização dada à contribuição da UE (incluindo os procedimentos de adjudicação de contratos e de concessão de subvenções) com base em documentos contabilísticos comprovativos e outros documentos relativos ao financiamento da Ação.
- 22.5 A Organização reconhece ao OLAF o direito de proceder a controlos e verificações no local segundo os procedimentos previstos na legislação da UE para a proteção dos interesses financeiros da União Europeia contra a fraude e outras irregularidades.
- 22.6 Para o efeito, a Organização compromete-se a permitir aos funcionários da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas Europeu, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso aos locais e instalações onde são realizadas as ações financiadas no âmbito do Acordo, bem como o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira dessas operações, e a tomar todas as medidas destinadas a facilitar essa tarefa. A Organização deve conceder acesso às pessoas mandatadas da Comissão, do OLAF e do Tribunal de Contas Europeu em condições de confidencialidade, sem prejuízo das obrigações de direito público a que está sujeita. Os documentos devem estar acessíveis e classificados de forma a permitir um controlo, sendo a Organização obrigada a informar a Comissão, o OLAF ou o Tribunal de Contas Europeu do local exato onde estão guardados.
- 22.7 A Comissão deve informar atempadamente a Organização das missões no terreno previstas, a executar pelos agentes por ela mandatados ou pelo Tribunal de Contas, de modo a garantir que as questões processuais pertinentes sejam previamente acordadas.
- 22.8 Se a Organização for uma organização internacional, as análises documentais, as investigações e as verificações no local referidas anteriormente devem remeter para uma verificação que deve ser efetuada em conformidade com as cláusulas de verificação acordadas com a Comissão. Se a Organização não for uma organização internacional, deve ser realizado um inquérito ou uma auditoria. Tal não prejudica qualquer acordo de cooperação entre o OLAF e os organismos de luta contra a fraude da Organização.